

PARECER
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 328/2024
MENSAGEM DE LEI Nº 633/2024

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe “Dispõe sobre a revisão das metas fiscais alterando a Lei nº 1.898, de 28 de julho de 2023-Leis de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024.”

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal propõe a revisão das metas fiscais na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a revisão reflete a necessidade de adequar os resultados fiscais às circunstâncias econômicas, sociais e orçamentárias do município. Esse processo tem como objetivo garantir a sustentabilidade fiscal e o equilíbrio das contas públicas, permitindo que o município alcance resultados nominais e primários condizentes com a realidade financeira.

II – ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a Comissão Constituição e Justiça, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.


III – VOTO DO RELATOR

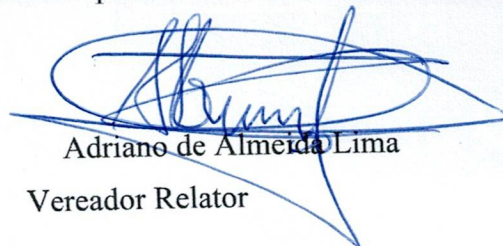
Em face do exposto, o Projeto de Lei Nº 328/2024, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto pela sua aprovação.

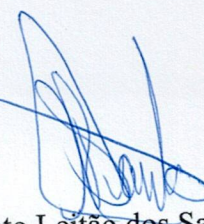
IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça em Reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2024, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 328/2024.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,


Daniel Felix da Silva
Vereador Presidente


Adriano de Almeida Lima
Vereador Relator


Renato Leitão dos Santos
Vereador Membro

PARECER
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 328/2024
MENSAGEM DE LEI Nº 633/2024

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe “Dispõe sobre a revisão das metas fiscais alterando a Lei nº 1.898, de 28 de julho de 2023-Leis de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024 .”

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal propõe a revisão das metas fiscais na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a revisão reflete a necessidade de adequar os resultados fiscais às circunstâncias econômicas, sociais e orçamentárias do município. Esse processo tem como objetivo garantir a sustentabilidade fiscal e o equilíbrio das contas públicas, permitindo que o município alcance resultados nominais e primários condizentes com a realidade financeira.

II – ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.


III – VOTO DO RELATOR

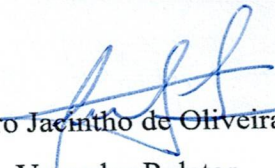
Em face do exposto, o Projeto de Lei Nº 328/2024, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto pela sua aprovação.

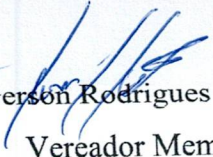
IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização em Reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2024 opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 328/2024.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,


Marcelo Ferreira Barros
Vereador Presidente


Valdomiro Jacintho de Oliveira
Vereador Relator


Gerson Rodrigues de Oliveira
Vereador Membro

PARECER
COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS
PROJETO DE LEI Nº 323/2024
MENSAGEM DE LEI Nº 628/2024

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe “**Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no vigente e dá Outras Providências**”

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal propõe a abertura de crédito adicional especial por Superavit Financeiro no orçamento vigente no valor de 3.442.869,77 (**três milhões quatrocentos e quarenta e dois mil oitocentos e sessenta e nove reais e setenta e sete centavos**) proveniente recursos de saldos remanescente do Contrato de Repasse nº 909558/2020 Governo Federal, Ministério do Desenvolvimento Regional, com destinação específica para excussão de obras de estruturação de estradas vicinais.

II – ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a **Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais**, não recebendo substitutivo.
No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III – VOTO DO RELATOR


Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 323/2024**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto **pela sua aprovação**.

IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A **Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais**, em Reunião realizada no dia **13 de dezembro de 2024**, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei Nº 323/2024**.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,


Valdomiro Jacintho de Oliveira
Vereador Presidente


Nayara de Oliveira Silva
Vereadora Relatora


Lucas Luiz de Cristo Teixeira
Vereador Membro